

Bruxelas, 11 de dezembro de 2017  
(OR. en)

15627/17

CT 159  
ENFOPOL 613  
COTER 158  
COSI 327  
JAI 1192

## RESULTADOS DOS TRABALHOS

---

de: Secretariado-Geral do Conselho

data: 7 de dezembro de 2017

para: Delegações

---

n.º doc. ant.: 12583/5/17 REV 5

---

Assunto: Conclusões do Conselho sobre o reforço da rede ATLAS  
- Conclusões do Conselho (7 de dezembro de 2017)

---

Junto se enviam, à atenção das delegações, as conclusões do Conselho sobre o reforço da rede ATLAS, adotadas pelo Conselho na sua 3584.<sup>a</sup> reunião, realizada em 7 de dezembro de 2017.

---

**CONCLUSÕES DO CONSELHO  
SOBRE O REFORÇO DA REDE ATLAS**

RECONHECENDO que os atentados terroristas perpetrados na Europa demonstram que o terrorismo é uma ameaça para a vida dos nossos cidadãos e um ataque aos nossos valores europeus comuns e direitos fundamentais associados,

REMETENDO para as conclusões do Conselho sobre a Estratégia Renovada de Segurança Interna da União Europeia para 2015-2020<sup>1</sup>, bem como para a revisão intercalar da mesma<sup>2</sup>, que fazem referência à necessidade de a União Europeia contribuir para a proteção dos cidadãos europeus no que diz respeito ao atual aumento das ameaças decorrentes, em especial, do terrorismo e da criminalidade grave e organizada,

REGISTANDO que uma das quatro áreas prioritárias imediatas na luta antiterrorista identificadas pelo Conselho (Justiça e Assuntos Internos) de 12 de março de 2015<sup>3</sup> consistia em intensificar a cooperação operacional, RECONHECENDO, ao mesmo tempo, que as unidades especiais de intervenção dos Estados-Membros poderão ser chamadas a intervir em variadíssimas situações que não estarão necessariamente relacionadas com o terrorismo,

REGISTANDO que, na sequência dos atentados de 11 de setembro de 2001, as unidades especiais de intervenção de todas as autoridades responsáveis pela aplicação da lei dos Estados-Membros iniciaram atividades de cooperação sob a égide da rede ATLAS<sup>4</sup>, organizando diversos seminários, levando a cabo estudos, desenvolvendo material específico e realizando exercícios conjuntos, e que a referida rede oferece uma importante capacidade enquanto primeiro interveniente em caso de atentados terroristas, resgate de reféns ou outras situações de crise,

TENDO EM CONTA a Decisão 2008/615/JAI do Conselho, de 23 de junho de 2008, relativa ao aprofundamento da cooperação transfronteiras, em particular no domínio da luta contra o terrorismo e a criminalidade transfronteiras<sup>5</sup>,

---

<sup>1</sup> 9798/15.

<sup>2</sup> 13319/17.

<sup>3</sup> 6891/15.

<sup>4</sup> Rede constituída por 38 unidades especiais de intervenção de 28 Estados-Membros e da Noruega, da Islândia e da Suíça. A Noruega, a Islândia e a Suíça participam na rede, mas não têm direito de voto.

<sup>5</sup> JO L 210 de 6.8.2008, p. 1-11.

REGISTANDO que o Conselho de 14 de setembro de 2017 chegou a um consenso sobre uma série de tópicos que devem ser tratados com prioridade com vista a uma ação imediata nos próximos meses<sup>6</sup>, nomeadamente o reforço da rede ATLAS,

REMETENDO para a cláusula de solidariedade prevista no artigo 222.º do TFUE, segundo a qual a União e os seus Estados-Membros atuarão em conjunto, num espírito de solidariedade, se um Estado-Membro for alvo de um ataque terrorista, prestando, nomeadamente, assistência a um Estado-Membro no seu território, a pedido das suas autoridades políticas, em caso de catástrofe natural ou de origem humana,

LEMBRANDO, nesse contexto, que, na sua declaração sobre a solidariedade contra o terrorismo, de 25 de março de 2004, os Chefes de Estado e de Governo dos Estados-Membros da União Europeia proclamaram a firme intenção de os Estados-Membros mobilizarem todos os instrumentos ao seu dispor para prestar assistência a um Estado-Membro ou a um Estado aderente no seu território, a pedido das suas autoridades políticas, em caso de ataque terrorista,

RECORDANDO, ao mesmo tempo, o facto de a Decisão 2008/617/JAI do Conselho<sup>7</sup> estipular ainda que as unidades especiais de intervenção, para além de prestarem assistência operacional, também devem realizar reuniões e organizar formações e exercícios conjuntos, sempre que necessário, para trocar experiências, conhecimentos especializados e informações de ordem geral, prática e técnica, a fim de reforçar a capacidade de reagir rapidamente em situações de crise,

CONSIDERANDO que o cumprimento dos objetivos acima referidos exige continuidade, um planeamento a longo prazo e recursos específicos,

DESTACANDO os resultados da avaliação global<sup>8</sup> da política de segurança da UE realizada pela Comissão, nomeadamente o papel da rede ATLAS como polo de conhecimentos e plataforma de intercâmbio entre as unidades especiais de intervenção,

---

<sup>6</sup> 12172/17.

<sup>7</sup> JO L 210 de 6.8.2008, p. 73-75.

<sup>8</sup> 11550/17 INIT, ADD 1 e ADD 2.

REGISTANDO que é necessário um apoio mais estruturado da UE, nomeadamente a cooperação com as agências da UE (em especial a Europol e a CEPOL) e com redes especializadas de serviços responsáveis pela aplicação da lei, bem como eliminar os obstáculos à cooperação transfronteiras decorrentes dos diversos quadros legislativos nacionais,

OBSERVANDO, nesse contexto, que de acordo com as atuais disposições administrativas, a gestão das atividades da rede ATLAS depende sobretudo da capacidade do seu Gabinete Executivo, assegurada pelo país que exerce a Presidência da rede, o que coloca uma pressão considerável sobre as principais atividades das suas unidades especiais de intervenção,

TENDO EM CONTA que, por conseguinte, a rede ATLAS poderá beneficiar grandemente da criação de um gabinete de apoio permanente, e

REGISTANDO que, em 5 de abril de 2017, os comandantes da rede ATLAS refletiram sobre uma cooperação mais estreita com a Europol, mantendo a rede a sua independência, e que, em 11 de outubro de 2017, os comandantes da rede ATLAS se mostraram favoráveis à iniciativa de criar na Europol um gabinete de apoio permanente da rede e, neste caso, à manutenção da possibilidade de as unidades da rede ATLAS se candidatarem a financiamento da UE (incluindo os programas da Comissão),

SALIENTANDO que a Europol está bem posicionada para prestar apoio logístico e administrativo à rede ATLAS e para lhe disponibilizar canais de comunicação,

REALÇANDO que um gabinete de apoio da rede ATLAS localizado na Europol permitirá igualmente utilizar de forma eficiente as estruturas e ferramentas existentes, bem como proporcionar sinergias através da interligação com outras redes especializadas,

RECORDANDO a necessidade de garantir um financiamento suficiente para a criação e o funcionamento do gabinete de apoio da rede ATLAS e outros eventuais serviços de apoio prestados à rede, a fim de assegurar que as atividades principais da Europol não sejam afetadas,

SALIENTANDO que os recursos financeiros disponíveis para as atividades operacionais da rede ATLAS não deverão, de forma alguma, ser reduzidos em consequência de quaisquer novas disposições administrativas, e

SUBLINHANDO que, para além da criação do gabinete de apoio permanente, a rede ATLAS poderá também beneficiar, ao nível da sua capacidade operacional, de melhorias noutros domínios, nomeadamente:

- o levantamento das capacidades específicas das unidades especiais de intervenção participantes (tendo em conta que tal exigiria um elevado nível de proteção de informações sensíveis e que as unidades especiais de intervenção deveriam acordar entre si o grau de partilha de informações);
- o reforço do mecanismo de resposta em caso de prestação de assistência transfronteiras entre as unidades especiais de intervenção;
- o aumento da rapidez e da eficiência de circulação transfronteiras das unidades especiais de intervenção;
- a partilha de equipamento especial sempre que necessário e tecnicamente possível;
- a normalização dos protocolos de comunicação dentro da rede;
- a criação de centros de formação comuns, que funcionem como centros de excelência, de modo a fomentar um nível comum de elevadas capacidades operacionais das unidades especiais de intervenção participantes;
- a garantia de uma cooperação mais estreita, a articulação e sinergias possíveis entre os trabalhos da rede ATLAS, das agências da UE (Europol e CEPOL) e das redes especializadas de serviços responsáveis pela aplicação da lei (por exemplo, a EEODN);

REGISTANDO que deverá ser explorada a possibilidade de recorrer às unidades especiais de intervenção no âmbito da formação e do desenvolvimento de capacidades em missões da PCSD da UE no estrangeiro,

## O CONSELHO

EXORTA a Comissão, a Europol, a rede ATLAS e a Presidência do Conselho da UE a

- chegar a acordo sobre as condições gerais de cooperação até ao final de março de 2018,
- celebrar acordos que permitam ao gabinete de apoio permanente da rede ATLAS iniciar as suas funções até 1 de janeiro de 2019;

CONVIDA a Comissão a incluir na sua proposta de orçamento a afetação de recursos financeiros e humanos suficientes para as atividades do gabinete de apoio permanente da rede ATLAS e de outros eventuais serviços de apoio prestados à rede ATLAS, mantendo ou aumentando, ao mesmo tempo, o financiamento necessário para as atividades operacionais da mesma e garantindo a sua independência.

CONVIDA a Comissão e os Estados-Membros a explorarem novas iniciativas suscetíveis de reforçar a cooperação dentro da rede ATLAS, incluindo, se necessário, alterações à Decisão 2008/617/JAI do Conselho relativa à melhoria da cooperação entre as unidades especiais de intervenção dos Estados-Membros da União Europeia em situações de crise.

CONVIDA os Estados-Membros a rever, se necessário, os seus quadros legislativos a fim de melhorar a capacidade de cooperação transfronteiras das unidades especiais de intervenção.

---